
ICANN77 | Semana de preparação – Atualizações sobre desenvolvimentos geopolíticos, legislativos e regulatórios

Quinta-feira, 1 de junho de 2023 – 12h30 a 13h30 DCA

BECKY MCGILLEY:

Então, vamos começar com a sessão, começamos com a gravação. Oi, bem-vindos a essa sessão sobre uma atualização de iniciativas geopolíticas legislativas regulatórias. Sou Becky McGilley e vou administrar a sessão que é regida pelos padrões de comportamento da ICANN. Teremos interpretação simultânea com os seis idiomas das Nações Unidas, mais português. Os participantes podem acessar a interpretação através do Zoom, no ícone de interpretação, e podem selecionar o idioma em que quiserem ouvir. Teremos um espaço para perguntas e respostas ao finalizar a sessão, muito obrigada.

Essa é uma iniciativa de colaboração entre diferentes grupos, o grupo GE Team, que avaliar assuntos governamentais sobre a perspectiva de um impacto potencial nos identificadores. O GE trabalhar estritamente com a ICANN, os departamentos jurídicos, também equipes regionais, a equipe de suporte do GAC, e reporta aos governos. Aqui mostramos todas as iniciativas, e vamos ouvir vários membros do GE Team. Nora Mari que está em Bruxelas, e também Albert Daniels, seu colega e secretário geral, que vai fornecer uma atualização da região.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Também temos vários membros da ICANN que se encarregarão da sessão de perguntas e respostas. Vamos começar com uma visão geral sobre os processos globais atuais do IGO, como o Global Digital Compact e WSIS+20, e depois vamos falar sobre iniciativas regulatórias e legislativas, e depois teremos perguntas e respostas. Agora, vou passar para meu colega Veni, que vai apresentar uma visão abrangente dos processos atuais de IGO.

VENI MARKOVSKI:

Obrigado, Becky. E eu só queria pedir a todos que tenham certeza de que seus microfones estão mudos, porque quando há o menor ruído, eles tiram a câmera e o microfone, e vejo que pelo menos uma pessoa está com o microfone ligado. Se pudermos passar para o próximo slide, por favor. Sim, então vamos falar hoje principalmente sobre alguns itens que estão acontecendo nas Nações Unidas. E se tivermos tempo, voltaremos em algum momento e falaremos sobre a UIT. Antes de continuarmos, há algumas abreviações que posso estar usando durante a apresentação, assim como meus colegas, então elas estão neste slide. SG ou UNSG é o Secretário Geral da ONU. GDC é o Pacto Digital Global. WSIS ou WSIS é a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. IGOs em geral são Organizações Intergovernamentais, e UNGA é a Assembleia Geral das Nações Unidas. E falaremos sobre dois dos grandes processos que ocorrerão nas Nações Unidas nos próximos anos. E começaremos primeiro com a WSIS e a WSIS+20. Podemos passar para o próximo slide, por favor? Obrigado. Portanto, a WSIS foi uma cúpula de duas fases organizada pelas Nações Unidas. Isso foi iniciado para criar uma plataforma multissetorial em evolução

destinada a abordar as questões levantadas pelas tecnologias de informação e comunicação por meio de uma abordagem estruturada e inclusiva nos níveis nacional, regional e internacional. A primeira fase ocorreu em Genebra em 2003, seguida por uma segunda fase em Túnis em 2005. A WSIS resultou em algumas estruturas para o futuro da governança da Internet, a saber, o compromisso de Túnis e a agenda de Túnis, na qual os governos se comprometeram com o multistakeholder modelo de governança da Internet e estabeleceu o Fórum de Governança da Internet. A agenda de Túnis forneceu uma estrutura para reconhecer os papéis das diferentes partes interessadas no modelo multissetorial de governança da Internet, como a comunidade técnica, as IGOs, os negócios, a sociedade civil, os governos e outros. E o sucesso da WSIS é atribuído, em parte, também à criação do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet, que aconteceu após a primeira fase da WSIS, cujos membros foram indicados pelo secretário-geral e produziu um relatório. Vamos colocar um link para o relatório no chat para que as pessoas possam dar uma olhada ou copiar e guardar para futuras referências. E o relatório forneceu uma definição funcional de governança da Internet, que é, citando, a governança da Internet é o desenvolvimento e a aplicação de princípios, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão e programas compartilhados que moldam a evolução e o uso da Internet pelos governos, o setor privado e a sociedade civil em seus respectivos papéis. Além disso, no ponto 12, o relatório do WGIG deixou claro que o escopo da governança da Internet vai além da responsabilidade da ICANN pelos DNS e endereços IP. Então isso continuou com um

processo chamado WSIS+10, que aconteceu em Nova York em 2015, ou seja, 10 anos depois de Tunis fazer parte da WSIS. A WSIS+10 foi uma negociação intergovernamental dentro da Assembleia Geral da ONU, que produziu um documento final. Vamos colocar o link no documento no chat também. O que foi esse documento final, ele reconfirmou o modelo multissetorial de governança da Internet. Ele estendeu o fórum de governança da internet, o IGF, por mais 10 anos e, o que é importante para a comunidade saber, esse foi um processo fechado, negociações fechadas. Não foi aberto a outras partes interessadas, mas apenas aos Estados membros por meio de suas missões permanentes na ONU em Nova York.

E assim chegamos à WSIS +20, que acontecerá em 2025, 20 anos após a WSIS em Túnis. E as pessoas já estão falando sobre isso. Na verdade, tivemos uma sessão em nosso encontro anterior da ICANN em Cancún, organizado pela comunidade sobre a WSIS+20 e relatamos também em nossa sessão de informações da GE. Assim, com base na experiência da WSIS+10, queremos dizer a vocês que esperamos que ainda seja um processo e negociações intergovernamentais dentro das missões permanentes ou entre as missões permanentes na ONU. Alguns governos já começaram a envolver empresas técnicas e outras comunidades para discutir a WSIS+20. Também fomos abordados para compartilhar o que sabemos sobre o desenvolvimento da internet nos últimos 10 anos e o que mudou. Desnecessário dizer que, em 2015, a ICANN estava passando pela transição da IANA. Em 2025, seria há muito tempo que isso aconteceu. A revisão da WSIS+20 foi incluída nas agendas de várias reuniões ou conferências recentes, como os diálogos

estratégicos de alto nível no fórum ITU WSIS em março. E como mencionei durante o ICANN 76, prevemos que mais discussões ocorrerão por volta da WSIS+20 em torno de nossas reuniões e entre elas. Estamos mais do que felizes em fornecer qualquer informação. Na verdade, publicamos um artigo sobre o processo de revisão da WSIS+20, creio que em março deste ano. Então vamos colocar outro link no chat para que as pessoas possam baixar este paper. Aliás, o link que estamos colocando é para toda a página de publicação da GE. Portanto, sinta-se à vontade para baixar os outros artigos que produzimos. Podemos passar para o próximo slide, por favor? Obrigado.

Então, o segundo processo que mencionei no início é o Pacto Digital Global da GDC, que acontecerá na cúpula do futuro que acontecerá na ONU no ano que vem. E é o resultado esperado desta reunião. O GDC é uma espécie de acordo entre os estados membros. Ele representará o que o secretário-geral disse serem princípios para um futuro digital aberto, gratuito e seguro para todos. Estamos interessados no processo do GDC porque ele pode ter implicações para a missão da ICANN, para o modelo multissetorial de governança da Internet e para o futuro do IGS. O escritório do enviado do secretário-geral da ONU para tecnologia ou o enviado de tecnologia está reunindo contribuições dos estados membros e partes interessadas por meio de dois processos, consultas informais ou mergulhos profundos e coleta de envios por escrito. E mais pode ser encontrado na página do enviado técnico para o qual vamos colocar o link no chat. Se pudermos passar para o próximo slide. Obrigado. Então, esses são alguns destaques que vemos no mergulho

profundo na governança da Internet. Aconteceu em abril. Muitas organizações participaram. Mas o importante é que esses mergulhos profundos, como são chamados, são informais. Não há gravação. E nenhuma das declarações dos participantes é publicada no site da GDC. Alguns estados membros, IGOs como a UIT e partes interessadas não governamentais, como ICANN, RIPE NCC e outros, participaram e abordaram essas reuniões. Muitas das declarações apoiavam a internet global, aberta e interoperável. As estruturas multissetoriais existentes, incluindo ICANN, IETF e outras, expressaram apoio à continuação do IGF além de 2025. E algum apoio foi expresso com relação ao papel positivo que o modelo multissetorial desempenhou nas metas da Internet. Houve apenas algumas vozes discordantes com pessoas dizendo que há necessidade de internacionalização da governança da Internet. Mas, de forma esmagadora, a maioria apoiou o modelo multissetorial e a ICANN, alguns deles. Podemos passar para o próximo slide, por favor? Obrigado. Então essas são algumas citações, que eu não sinto só de ler, porque elas estão na tela. E acredito que vamos publicar a apresentação, para que vocês possam lê-la. Mas Quênia, Irã e Holanda, essas foram declarações durante o mergulho profundo, bem como declarações escritas. E acredito que temos mais um slide. Podemos ver os próximos slides, se não me engano? Sim. Estas são citações do resumo de políticas do Secretário-Geral da ONU, que ele publicou, e vamos colocar um link para o resumo de políticas também no bate-papo. Ele publicou o resumo da política número cinco, intitulado Um Pacto Digital Global, Um Futuro Digital Aberto, Gratuito e Seguro para Todos. E temos algumas observações sobre o resumo da

política e estamos trabalhando em uma entrada de blog com mais comentários. Mas gostaríamos de falar aqui apenas sobre os dois casos em que o resumo da política menciona a ICANN. Portanto, no Anexo 1.5, a ICANN e a IETF são indicadas como fóruns de várias partes interessadas. E a ICANN e a IETF não são fóruns, são organizações. E no ponto 63, como você pode ver, diz que o objetivo e as ações de governança da Internet, por exemplo, continuariam a ser apoiados pelo IGF e órgãos multissetoriais relevantes, como ICANN e IETF.

Embora precisemos informar como a ICANN tem apoiado e apoiado o IGF, a ONU não perguntou se gostaria de apoiar, entre aspas, os objetivos e ações de governança da Internet neste novo fórum de cooperação digital proposto pelo secretário general anunciou no resumo de políticas, cujas funções e funcionamento não foram definidos e ainda não estão claros. E então algumas palavras sobre o fórum de cooperação digital. O fórum apoiaria os Estados membros, o setor privado e as partes interessadas para, entre outros, identificar e promover soluções políticas para os desafios digitais emergentes e lacunas de governança, e também para destacar as prioridades políticas para a tomada de decisões e ações individuais e coletivas das partes interessadas. Supõe-se que seja um evento anual, e o DCF acomodaria os fóruns e iniciativas existentes em um arranjo hub-and-spoke e ajudaria a identificar lacunas onde a ação de várias partes interessadas é necessária. O secretário-geral também quer estabelecer um grupo consultivo, mas não diz que será um grupo consultivo multissetorial. E está buscando insumos para o GDC, que serão discutidos pelos estados membros. Então a gente não sabe como vai

ficar o compacto e como vai ficar no final. Estamos acompanhando o que está acontecendo em Nova York. Estamos relatando à comunidade assim que algo precisar ser relatado a você. E eu vou terminar com isso. Vou pular a parte da UIT, porque realmente nada aconteceu nos últimos meses. A maioria das coisas na ITU está chegando em julho e depois em setembro. Então vamos ver se eu tenho, talvez eu tenha outro slide para a ITU. Talvez possamos pular isso. Próximo slide, por favor. Sim, perfeito. E agora passo isso para Nora.

NORA MARI:

Obrigada, Veni. Próximo slide, por favor. Então eu acho que era Albert quem deveria apresentar.

ALBERT DANIELS:

Claro, Nora, posso apresentar, já que os slides estão na tela. Obrigado, Nora. Obrigado, Veni. Como mencionado anteriormente, sou Albert Daniels, membro de uma das equipes globais de engajamento de partes interessadas da ICANN. Nossa equipe cobre a região da América Latina e Caribe, onde temos 49 territórios nos quais nos concentramos. Hoje, darei uma perspectiva sobre os 32 territórios do Caribe, porque esses são os principais territórios que abordo em nossa equipe global de engajamento de partes interessadas. Agora, em qualquer discussão sobre o Caribe, é muito importante ter uma ideia visual do que estamos lidando. E é isso que espero conseguir com este slide. O que você vê na tela está na parte superior, na parte inferior da Flórida, bem ao lado de onde diz Golfo do México. À esquerda do slide, você vê alguns territórios na América Central, que na parte inferior se conectam à América do Sul.

E o Caribe, essencialmente, são todos esses territórios entre a Flórida no topo e a América do Sul na parte inferior. É uma área muito complexa e interessante, porque inclui um território, Belize, na América Central. O Caribe também inclui três territórios na América do Sul, Guiana, que às vezes chamamos de Guiana Britânica, Suriname, que pode ser chamado de Guiana Holandesa, e também Caiena, que às vezes é chamada de Guiana Francesa. E então, entre a América do Sul e o topo, você vê todas essas ilhas. E alguns deles são na verdade uma única massa de terra dividida politicamente em duas, por exemplo, Hispaniola. Hispaniola na verdade inclui a República Dominicana e o Haiti. E temos o St. Martin, que tem um lado francês e um lado holandês. E o que você encontra no Caribe é uma mistura de diferentes tipos de status nacional. Muitos dos territórios, aproximadamente 16 deles são territórios independentes, mas vários deles permanecem dependentes de antigas potências coloniais, como França, Holanda e Reino Unido. E depois temos Martinica, Guadalupe, que têm relações com a França. Temos as ilhas ABC, Aruba, Bonaire e Curaçao, que têm relações com a Holanda. Temos Porto Rico, que está conectado com os Estados Unidos. Você tem Anguilla e Montserrat e outros, que ainda mantêm algumas conexões com o Reino Unido. E claro, existem várias línguas que se falam no Caribe, inglês, francês, espanhol e holandês, por causa desse tipo de relação com outros territórios. E isso cria uma situação que leva a um pouco de diversidade. Próximo slide, por favor. Então, o que temos é diversidade física, que leva à diversidade geográfica no Caribe. E isso cria uma situação em que não temos um único espaço político ou geográfico, e torna um pouco desafiador ter

um único espaço legislativo. No entanto, existem alguns subgrupos no Caribe que tentaram harmonizar a legislação, principalmente a legislação que pode impactar o que fazemos com a governança da Internet e, é claro, o que fazemos na ICANN. Existe um agrupamento conhecido como CARICOM, que é a abreviatura de Comunidade do Caribe, e que compreende 20 territórios, 20 países, e existe outro agrupamento denominado OECS, que compreende 11 países. Agora, existem aproximadamente 16 milhões de cidadãos na CARICOM, e os pilares da CARICOM são integração econômica, coordenação de política externa, desenvolvimento humano e social e segurança. E por outro lado, quando se trata da Organização dos Estados do Caribe Oriental, os pilares essenciais são acelerar a integração regional, e existem vários órgãos regionais que foram criados, órgãos regionais de comunicação, órgãos regionais de legislação e assim sobre. Portanto, existe novamente a tentativa de criar uma região homogênea e outros pilares de integração na OECS, a Organização dos Estados do Caribe Oriental, para reinventar a economia, valorizar o meio ambiente e construir resiliência e promover a equidade e a inclusão. Agora, digo tudo isso essencialmente para me referir ao projeto HIPCAR, HIPCAR, e a URL está neste slide, e irei fornecer no chat mais adiante. Mas esse projeto foi lançado em 2013, especificamente concebido pela União Internacional de Telecomunicações, CARICOM, e um órgão da CARICOM, que é a União Caribenha de Telecomunicações. E este projeto foi iniciado em resposta a pedidos de ajuda dos Estados membros em algumas de suas legislações, porque o que descobrimos

foi que não havia um padrão único de legislação nesses territórios caribenhos.

Assim, o principal objetivo do projeto HIPCAR era produzir políticas e regulamentos modelo regional em diversas áreas. Estas áreas incluíram transações de comércio eletrônico, provas de comércio eletrônico, acesso à informação pública, privacidade e proteção de dados, crimes cibernéticos e cibersegurança, interceptação de comunicações, licenciamento do serviço universal e ainda interligação e modelação de custos. Portanto, essas diretrizes e legislação modelo foram disponibilizadas aos territórios da CARICOM e, é claro, também foram disponibilizadas a alguns dos territórios da OECS. Próximo slide, por favor. Mas mesmo com esses modelos disponíveis, o que descobrimos é que nem todos os territórios da CARICOM ou da OECS realmente usam esses modelos para adotar legislação. No que nos diz respeito, os países que de fato promulgaram legislação com relação à proteção de dados, por exemplo, são Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize e Bermudas. Próximo slide, por favor. Continuando, temos também as Ilhas Cayman, que é uma dependência ultramarina do Reino Unido, Jamaica, que é independente, St. Kitts e Nevis, que é independente, Santa Lúcia, que é independente, São Vicente e Granadinas, que é independente. Também Trinidad e Tobago, que é uma república, todos esses territórios são uma amostra daqueles que têm documentos de proteção de dados legislados. E você vê abaixo que em Anguilla, Dominica, Granada, Guiana, Montserrat, Turks e Caicos, não há legislações específicas implementadas para proteção de dados. Então, isso é apenas para dar uma ideia de como é realmente complicado no

Caribe ter uma legislação unificada sobre questões relacionadas à proteção de dados, privacidade e governança da Internet em geral devido à situação política em que temos uma mistura de territórios que ainda são dependentes de países como Holanda, França, Estados Unidos e Reino Unido, e também de vários territórios, 16 deles aproximadamente, que na verdade são independentes e basicamente são soberanos para fazer o que bem entenderem em seus respectivos territórios. Portanto, há um trabalho acontecendo. Muita coisa está acontecendo. Próximo slide, por favor. E desculpe, acho que talvez possamos voltar um slide. Acho que faltou um slide. Podemos apenas voltar um. Certo, este é um slide ao qual eu queria me referir. Em 9 de janeiro de 2022, a Organização dos Estados do Caribe Oriental iniciou uma espécie de acompanhamento do projeto HIPCAR. E a ideia por trás desse acompanhamento é passar para a próxima etapa, pelo menos dentro da Organização dos Estados do Caribe Oriental, para tentar estabelecer mais legislação em mais territórios em relação ao comércio eletrônico, privacidade de dados e assim por diante. Então, se puder avançar dois slides, por favor. E então, neste ponto, passarei a palavra para minha colega Nora, que continuará. Muito obrigado.

NORA MARI:

Muito obrigada, Albert. Assim, irei fornecer algumas atualizações sobre as atividades na União Europeia, iniciativas legislativas e não legislativas. A primeira de que quero falar são dois regulamentos relativos ao uso de indicações geográficas em nomes de domínio. Atualizamos esses dois regulamentos em plenárias anteriores, mas basicamente esses dois regulamentos visam fornecer proteção para

indicações geográficas que também chamo de IGs para vinhos, destilados, bebidas e produtos agrícolas, e para produtos artesanais e industriais. Para quem não conhece o termo indicações geográficas, basicamente IGs são termos que estabelecem direitos para produtos específicos cujas qualidades estão especificamente ligadas a uma área, uma área geográfica onde são produzidos. IGs típicos que a maioria de vocês reconhecerá seriam Prosecco, Feta, Champagne, Parmigiano. A comissão propôs esses dois regulamentos em abril de 2022. E com esses dois regulamentos, propôs um sistema de alerta de informações para o uso de IGs em nomes de domínio que se aplicaria a ccTLDs administrados ou gerenciados por um novo registro estabelecido. E o sistema seria criado pelo Escritório de Propriedade Intelectual da União Europeia. O chamado EUIPO. Com este sistema, ao submeter um pedido de IG, o requerente da IG informaria sobre a disponibilidade de sua IG como nome de domínio, ou o sistema também alertaria os requerentes quando um nome de domínio contendo um nome idêntico ou semelhante ao de suas IGs está registrado. Com a introdução deste sistema, os registros ccTLD teriam de fornecer ao EUIPO todas as informações e dados necessários para operar este sistema. Portanto, este regulamento foi proposto em abril de 2022. E como você deve se lembrar, sob a União Europeia, você tem que então o Parlamento Europeu e o conselho que analisam o texto da comissão e chegam com um texto final, com um texto acordado entre esses dois co-legisladores. Um dos dois está quase concluído, já concluiu, o de produtos artesanais e industriais, e o de produtos agrícolas está entrando em sua fase final.

Então, nós levamos ao conhecimento da comunidade essas duas propostas de regulamentos, porque houve discussões sobre a expansão do escopo desses dois regulamentos e, em seguida, a aplicação desse outro sistema aos gTLDs. Basicamente, se fosse esse o caso, havia o risco de que esse processo introduzido se sobrepusesse aos atuais processos de resolução de disputas fornecidos pela ICANN e também pudesse interferir na revisão atual da UDRP. Em se tratando da regulamentação de produtos artesanais e industriais, não há tal extensão. E, na verdade, os dois legisladores também eliminaram as disposições relativas aos ccTLDs. No que se refere à regulamentação de IGs para produtos agrícolas, as negociações ainda estão em andamento. E, nesse caso, o parlamento europeu propôs uma extensão do escopo do regulamento aos gTLDs. Próximo slide, por favor.

Então, outra atualização rápida sobre a diretiva NIS2, que é uma proposta legislativa, lei legislativa agora, não é mais uma proposta com a qual a maioria de vocês está familiarizada. Portanto, o NIS2 é lei e agora os estados membros devem implementá-lo em sua legislação nacional. Como você deve saber de atualizações anteriores, as diretivas não são diretamente aplicáveis nos estados membros e os estados membros devem implementar a legislação internacional. Portanto, os estados membros devem passar por esse processo e ter a diretiva implementada até outubro de 2024. E, basicamente, eles têm mecanismos de coordenação para ajudar na aplicação uniforme da diretiva. Como mencionamos em plenárias anteriores, o que mais interessa à comunidade é o artigo 28, que introduz disposições sobre coleta e acesso a dados de registro de nomes de domínio. Da forma

como está redigido, o artigo pode deixar alguma margem de manobra para os estados membros para uma interpretação diferente da disposição, por exemplo, sobre quais dados devem ser coletados. Portanto, existe um mecanismo de coordenação entre os estados membros no momento chamado Grupo de Cooperação NIS. Foi criado no âmbito do NIS e os trabalhos prosseguem no âmbito do NIS2. E há um fluxo de trabalho especificamente sobre o artigo 28, que procuramos para tentar ter uma interpretação uniforme nos vários estados membros. Enquanto isso, a diretiva também encarrega a comissão de fornecer atos de implementação que especificarão medidas de risco de segurança cibernética, obrigando os provedores de DNS a relatar. Portanto, o Grupo de Cooperação NIS também está procurando fornecer informações para esses atos de implementação. E acho que eles provavelmente fornecerão informações por volta de 23 de setembro. Espera-se que eles enviem informações para a comissão. Não tenho outro slide, mas quero dar uma rápida atualização sobre o debate que está ocorrendo em Bruxelas e que diz respeito basicamente à Comissão Europeia que está procurando estabelecer um mecanismo que obrigue as grandes plataformas a pagar às operadoras de telecomunicações pelo desenvolvimento de rede. Este é um debate que está acontecendo também em outras jurisdições. No Reino Unido, acho que o Brasil também está olhando para algo semelhante. Estamos analisando isso porque tal regulamentação pode, por meio da introdução de sinais de preço na camada de peering e trânsito, ter um impacto na neutralidade da rede. Há algum tempo que há um debate sobre isso em Bruxelas e a comissão abriu há alguns meses uma

consulta pública que agora está encerrada. Encerrou no dia 19 de maio e colheu contribuições de várias partes interessadas para basicamente compartilhar suas ideias sobre propor uma legislação ou outro tipo de iniciativa. Em geral, a contribuição para essas iniciativas não é bem recebida por várias partes interessadas, incluindo alguns Estados membros. E o regulador europeu de telecomunicações levantou, digamos, algum ceticismo sobre a necessidade de tal regulamentação, bem como os perigos potenciais relativos, novamente, às regras de neutralidade da rede. Portanto, agora a consulta está encerrada e não está claro o que acontecerá a seguir. Mas com certeza depois das férias de verão, ficaria mais claro, a direção da viagem da comissão, se eles vão propor uma iniciativa legislativa ou outra coisa. Vale a pena mencionar que haverá eleições europeias em junho de 24 e uma nova comissão. Portanto, o prazo para tal proposta é bastante rigoroso para propor uma proposta legislativa e aprová-la. Então, sim, veremos depois do verão. E é isso para a minha apresentação. De volta para você, Becky.

VENI MARKOVSKI:

Provavelmente serei eu desta vez, não Becky. Tudo bem. Gostaríamos de abrir a palavra para perguntas. E acredito que haja algumas perguntas no chat. E deixe-me apenas abrir o chat e ver exatamente. Houve uma pergunta do Bill, qual é a definição de semelhante quando se trata dos principais nomes? Já estamos vendo que as variantes definidas nos RZLGRs são seriamente inadequadas a esse respeito. Não tenho certeza se o que quero dizer aqui está realmente relacionado à legislação da UE. Então se for possível coloque um comentário no chat

para que possamos responder. E enquanto isso, Nigel Hickson perguntou, muito interessante sobre GI. Então, acredita-se que o escopo pode ser alterado para incluir ccTLDs ou é a visão da comissão?

ALBERT DANIELS:

Então deixe-me ver. Assim, para os dois regulamentos, existem dois, um sobre produtos artesanais e industriais e outro sobre produtos agrícolas. Para aquele sobre produtos artesanais e industriais, os co-legisladores excluíram as disposições que também se aplicariam aos ccTLDs. Portanto, não se aplicará mais aos ccTLDs, embora haja uma cláusula de revisão a ser revisada em 18 meses caso haja necessidade de aplicar tal regulamentação aos ccTLDs. Quando se trata de produtos agrícolas, não, ainda se aplica aos ccTLDs e o parlamento gostaria de estender o escopo do regulamento também aos GTLDs.

VENI MARKOVSKI:

Obrigado, Nora. E Bill fez um comentário adicional. Então a questão é qual é a definição de semelhante quando se trata de nomes de domínio? E com relação a similares, trata-se de nomes geográficos que estarão sujeitos a notificações/restrições/etc. Como decidimos o que é semelhante?

ALBERT DANIELS:

Portanto, é importante saber que nomes geográficos e indicações geográficas são duas coisas diferentes. Então vamos ver a questão. Assim, seria aplicável às indicações geográficas. Então Prosecco, Feta, esse tipo de indicação geográfica. E alguém que tenha interesse

legítimo em uma IG notificará o EUIPO. E assim, quando algo é registrado que contém a IG, cabe ao proprietário da IG potencialmente fazer uma reclamação.

VENI MARKOVSKI:

Obrigado, Nora. E acho que havia mais uma pergunta, um segundo. Ok, então houve alguns comentários que estavam interessados em ouvir sobre GIs. Acho que você respondeu a isso. E você recebeu agradecimentos de algumas pessoas, Nora, pelas respostas. Tenho quase certeza de que vi outra pergunta, mas estou acessando o chat e não consigo vê-la agora. Acho que foi da Ashley, se não estou correto. Por que o grupo coordenador está enviando suas contribuições sobre o artigo 28 para a CE? Que papel a comissão europeia, eu acho, desempenha em termos de implementações nacionais? Foi a CE que criou o grupo de coordenação? Não sei se você sabe as respostas para essa pergunta.

ALBERT DANIELS:

Então, basicamente, o grupo de cooperação NIS é formado por representantes dos estados membros. Portanto, cabe aos estados membros implementar o regulamento e é um mecanismo que foi estabelecido desde o NIS para ter uma implementação coordenada porque as diretivas, às vezes, os artigos podem ser interpretados de maneiras diferentes. E, por exemplo, neste caso, preocupa-nos muito porque o artigo 28.º poderia ser potencialmente interpretado de diferentes maneiras. Portanto, é um mecanismo em que os Estados membros concordam sobre como interpretar as disposições

específicas e há uma troca de informações sobre a implementação nacional da lei.

E depois o papel da comissão na implementação nacional. Como mencionado, a atual diretiva prevê que a comissão introduza alguns desses atos chamados atos de implementação, que basicamente especificam mais detalhadamente, o significado ou o mecanismo das ferramentas que certas disposições em seus instrumentos jurídicos vinculativos, como elas devem realmente ser implementado. Então, ao invés de fazer isso em uma legislação, é feito em um segundo momento. E eles geralmente fornecem mais detalhes sobre como algo deve ser feito por um estado membro e podem adotar tais atos para vincular atos jurídicos sindicais.

VENI MARKOVSKI:

Obrigado, Nora. Eu queria dizer algo que vi também notado no chat, que eu deveria ter abordado, mas Bill Drake mencionou que de fato ele falou e muitos outros também falaram no mergulho profundo da ONU sobre governança da internet e apoiaram, não apenas apoiaram o IGF, mas também crítico de qualquer ideia de que ele possa ser substituído por um organismo multilateral de tipo semelhante, um espaço de reunião ou um fórum. Obrigado. Não vejo outras perguntas no momento. Há um acompanhamento de Ashley. "Suponho que minha pergunta também seja se o CE tem ou não autoridade para discordar da opinião do grupo e/ou alterá-la." Mesma pergunta, a CE pode discordar da implementação dos estados membros?

ALBERT DANIELS: Portanto, este é um mecanismo informal. O grupo de cooperação NIS que pretende ser uma ferramenta prática. É do interesse dos Estados membros ter uma aplicação coerente da ferramenta. Então, quando é implementado na lei nacional, existem mecanismos a nível europeu que a comissão pode instaurar processos de infração contra os estados membros em alguns casos. Mas eu diria que isso acontece de forma muito importante, em circunstâncias muito significativas. Caso contrário, geralmente existem mecanismos de comunicação mais informais.

VENI MARKOVSKI: Obrigado. Não vejo outras perguntas. Deixe-me verificar novamente nas perguntas e respostas. Não, e você recebeu agradecimentos de Ashley. E desculpe por todas as perguntas. Bem, dito isso, pulei no começo algo que estava relacionado à ITU. Vou dizer muito rapidamente que estamos seguindo a UIT. Em julho, há um conselho da UIT, que está programado para decidir sobre algumas das resoluções, as resoluções do conselho, mas também sobre os grupos de trabalho do conselho, incluindo a internet e o grupo de trabalho do conselho sobre WSIS. Iremos informá-los sobre o que está acontecendo, eu acho, na próxima reunião da ICANN, se não antes por meio de um blog ou tweets ou algo assim, dependendo do que estiver acontecendo. Esperamos que alguns Estados membros que foram muito ativos no passado continuem a ser ativos em relação às propostas que abordam a missão da ICANN. Se isso acontecer, obviamente, reagiremos rapidamente e avisaremos a comunidade.

Vemos esses tipos de sessões como um fluxo de informações bidirecional. As sessões e as publicações fazem parte do compromisso da ICANN com a comunidade, conforme expresso no estatuto de 2019. E as sessões nas reuniões da ICANN devem servir como um ponto de interseção entre a comunidade e a ICANN Org. Nós, a equipe de envolvimento do governo que está cobrindo a ONU e a UIT, estaremos em Washington em, o que é, 10 dias. Então, se vocês estiverem lá, sintam-se à vontade para entrar em contato e teremos o maior prazer em falar com vocês. Para aqueles que não estarão lá, pedimos que entrem em contato com seus governos nacionais, ministérios estrangeiros ou escritórios estrangeiros e vejam se eles têm conhecimento e experiência suficientes em questões relacionadas à governança da Internet. E se não, talvez seja útil fornecer-lhes tal. Com isso, quero agradecer a todos. Ou você quer, Becky, dizer algumas palavras no final?

BECKY MCGILLEY:

Obrigado, Veni. Eu só queria concluir e agradecer a todos por se juntarem a nós hoje. Foi um webinar perspicaz e gratidão muito grande pelas equipes incríveis que fizeram isso acontecer, nossos serviços linguísticos e equipe técnica. Eles são a mágica por trás de tudo. E também aos nossos palestrantes, especialistas no assunto. E Nora, você quer falar alguma coisa?

NORA MARI:

Sim, eu escrevi no chat uma resposta a uma das perguntas sobre as solicitações à aplicação de regulação de GE à ccTLDs para produtos

regulatórios

PT

artesanais e industriais, então seria uma resposta a uma das perguntas que foram feitas. Muito obrigada a todos.